

Fora o imperialismo dos Bálcãs! Apoio incondicional à Iugoslávia!



A recessão esmaga as massas com desemprego e miséria.

O plano de FHC/FMI agrava a situação.

Cresce o descontentamento com o governo.

Os bandos capitalistas se chocam e aumentam crise política.

Trabalhadores e estudantes saem às ruas para protestar.

O caminho é partir das reivindicações mais sentidas pelas massas, apontando para a luta nacional pela derrubada

do plano antinacional e antipopular.

FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA! ABAIXO FHC e FORA O FMI!



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO X - Nº 170 - 1ª QUINZENA DE ABRIL DE 1999 - R\$ 1,00

Liberdade para Vilma Plata!

Quinzena de luta do Movimento Operário

Sobre a Corrupção das Direções Sindicais

“O imperialismo, para obter elevados lucros através dos monopólios para um punhado de países, cria a possibilidade de corromper as camadas superiores do proletariado; e, por isso mesmo, alimenta o oportunismo, dá-lhe corpo e consolida-o. Esta camada de operários aburguesados, ou da ‘aristocracia operária’, inteiramente pequeno-burgueses pelo seu modo de vida, pelos seus salários, por toda a sua concepção de mundo, é o principal apoio social (não militar) da burguesia. São verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, capatazes-operários a serviço da classe dos capitalistas. Verdadeiros propagandistas do reformismo. Os capitalistas a corrompem efetivamente. Corrompem-na de mil maneiras, diretas e indiretas, abertas e camufladas.” V. Lênin.

Centrais Sindicais se Engalfinham Pela Verba do FAT

A divisão do dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foi motivo de briga na última reunião do Conselho Deliberativo do Fundo (Codefat). CUT e Força Sindical, que se dizem ‘representantes’ dos trabalhadores no Codefat, fizeram uma verdadeira guerra para aumentar suas respectivas fatias no bolo. Ao final, a divisão ficou assim: Força Sindical - R\$ 18 milhões; CUT - R\$ 16,5 milhões; CGT - R\$ 5 milhões; SDS R\$ 4 milhões; Confederações patronais - R\$ 7,4 milhões; R\$ 21,8 milhões para fundações. Órgãos do governo e Universidades também receberam as suas partes. Só no ano passado essas entidades receberam do governo R\$ 650 milhões. Qual é a justificativa para tanto dinheiro nas contas das centrais sindicais? Governo e sindicalistas dizem que é para o custeio de cursos de requalificação profissional para desempregados. Para que estes possam se ‘atualizar’ profissionalmente. Porém, não assistimos, em nenhum lugar, a notícia de que esse dinheiro tenha contribuído para diminuir o índice de desemprego no país. Ao contrário, o número de desempregados continua a crescer sem parar, pois esse crescimento se dá em consequência da crise capitalista. Com certeza, a Ford, por exemplo, não recontratará os 2800 operários que está

demitindo, pois o objetivo da montadora é aumentar a exploração sobre aqueles que continuam trabalhando. Nas demais categorias, o processo é o mesmo. Na verdade, o tal FAT é mais uma maneira que a burguesia e o governo utilizam para corromper os dirigentes sindicais. Em troca, estes têm como tarefa ajudar o governo e os patrões a acabar com conquistas históricas da classe operária e demais trabalhadores, reduzir salários e, principalmente, evitar qualquer tipo de mobilização por parte dos operários aos ataques às suas condições de vida, pois isso colocaria em cheque o domínio burguês, e, por consequência, os traidores também perderiam seus privilégios acumulados ao longo dos anos, enquanto casta burocrática. É por isso que procuram a todo momento isolar os movimentos e evitar a qualquer custo que a classe operária se levante contra seus exploradores.

Governo Quer Ajuda Ainda Maior Das Direções Sindicais Para Acabar Com Direitos Dos Trabalhadores

A política de colaboração de classe que o reformismo (CUT e PT) introduz nos movimentos sindicais e populares, facilita, sobremaneira, a posição patronal e de seu governo, quando se trata de atacar a vida das massas. Sob essa política, inúmeros são os acordos para reduzir salários, viabilizar demissões etc. Porém, com o aprofundamento da crise, os capitalistas exigem cada vez mais esforço e fidelidade dos colaboracionistas na luta contra os trabalhadores. Um exemplo disso está nas propostas do governo anunciadas recentemente. O objetivo é acabar com os direitos dos trabalhadores previstos no artigo 7º da Constituição Federal, que são: 13º salário, Fundo de Garantia, férias e licença-maternidade e paternidade, adicional noturno, descanso semanal remunerado, hora-extra, seguro-desemprego e direitos rescisórios em caso de demissão. Para tanto, pretende: 1) acabar com a justiça do trabalho (poder normativo), deixando nas mãos dos sindicalistas a responsabilidade de negociar diretamente com os patrões, o fim dessas conquistas

dos trabalhadores. 2) Acabar com a unicidade sindical, isto é, a obrigatoriedade de um único sindicato por base territorial, dando lugar ao seu oposto, ou seja, a pluralidade, o que possibilita a criação de sindicatos por empresas, facilitando aos patrões estabelecerem suas próprias regras nas negociações. As desculpas para impor os ataques aos trabalhadores já estão sendo dadas. Alegam, por exemplo, que 50% dos trabalhadores do país já vivem sem esses direitos, ou seja, vivem na chamada ‘economia informal’ e que ‘não seria justo’ que apenas aqueles que têm registro em carteira sejam ‘beneficiados’. Outra mentira que sempre utilizam é que se os trabalhadores abrirem mão de certos direitos, estariam ajudando a gerar empregos, quando na verdade se trata de proteger o lucro dos patrões. De nossa parte, entendemos que a luta da classe operária pela sua emancipação e demais explorados, partindo da defesa de suas reivindicações mais elementares e tendo por finalidade última a destruição da sociedade que a explora e oprime, passa, necessariamente, pela expulsão dos burocratas traidores de seus organismos de luta. Entretanto, para que isso se concretize, torna-se premente o desenvolvimento do Partido Operário Revolucionário em seu seio.

Scania Quer Despedir O “Excedente”

A empresa Scania pronunciou-se e avisou que tem 200 funcionários os quais considera “excedente” e fez propostas para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, três saídas, que são:

- 1º Demissão;
- 2º Redução Salarial para Todos;
- 3º Afastamento dos 200 com redução mais drástica dos salários e benefícios.

Que os trabalhadores não se dividam com as chantagens do patrão!

Que os trabalhadores se unam e não deixem que nenhum trabalhador seja despedido!

Que nenhum salário seja reduzido!

Que não seja tirado nenhum benefício!

Em resposta aos 200 trabalhadores que eles chamam “excedentes”, que se levante a bandeira de Escala Móvel de Horas de Trabalho! (as horas de trabalho disponíveis sejam repartidas por



Disputa interburguesa se acirra com a crise

O agravamento da crise econômica, com todas as previsões apontando para números recessivos na economia, aumenta os choques entre as frações capitalistas. A pressão do imperialismo (FMI) por trás dessas frações amplia a crise política.

Os partidos da aliança governamental se colocam por disputar a influência no interior do Estado, diante de um governo cada vez mais desgastado. As recentes manifestações desses partidos ao redor das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro expressam essas disputas, com o imperialismo atuando por trás das frações ou diretamente.

É parte das exigências imperialistas a redução de gastos do Estado. Os gastos com o Poder Judiciário se enquadram nesses propósitos.

O PFL, encabeçado por Antônio Carlos Magalhães, tem feito uma verdadeira campanha pela CPI do Judiciário. É mais um sintoma do aprofundamento da crise do regime político. Trata-se de uma crise intestina do Estado burguês, no qual não há independência real entre os poderes, todos estão submetidos ao poder econômico. No caso de um país atrasado, a submissão também se dá em relação ao imperialismo.

A corrupção apontada é parte constitutiva do Estado burguês. O problema é que se agiganta de tal forma a sair do controle e a atrapalhar as disputas interburguesas. As frações passam a se utilizar da corrupção agigantada como peça das disputas. O imperialismo pressiona pela redução de gastos e para que o judiciário se discipline às imposições do FMI.

A CPI não tem o objetivo de reduzir a corrupção, mas de disciplinar o corpo de juizes às necessidades da burguesia e imperialismo. Aponta para uma centralização mais forte do Estado. Daí a grita reformista contra a CPI, porque estrangulária a democracia burguesa, limitando a ação de um dos poderes. Por isso o PT não apoiou a criação dessa CPI.

O POR defende a formação dos Tribunais Populares para julgar e punir a classe burguesa corrupta e a destruição do Estado burguês para acabar com a corrupção.

A CPI do PMDB

A CPI do Sistema Financeiro, com o apoio de PMDB e PT é mais uma peça desse jogo. Será utilizada como instrumento de pressão e barganha entre as frações burguesas.

O movimento operário e popular e os estudantes não devem se deixar levar por essas disputas entre os exploradores, mas trilhar seu próprio caminho, que é o da luta nacional de massa pela derrubada do plano FHC/FMI.

Nacional

Os atos de 26/3 da UNE e da CUT mostraram a tendência conciliadora das direções



No dia 26/3 ocorreram diversas manifestações pela cidade de São Paulo. Os principais foram os da UNE e CUT.

O ato da UNE foi convocado para às 9 horas da manhã, quando o ato da CUT seria às 15 horas. A direção estalinista da UNE (PCdoB) encaminhou a manifestação sob sua direção de modo divisionista e aparelhista. Além de fixar o horário pela manhã, não permaneceu no local onde mais tarde ocorreria a manifestação da CUT, o que poderia levar à unificação entre as duas. O ato da UNE teve como bandeiras o Chega de FHC e o apoio à moratória de Itamar. Foi

uma manifestação festiva e não apontou para a luta, mas para a pressão institucional.

Às 15 horas, foi o ato da CUT. Cerca de 10 mil compareceram. Destaca-se o pouco comparecimento de operários, o que revela a fraca convocação nas fábricas e o próprio caráter do ato. A maioria dos presentes era de militantes, estudantes secundaristas e sem-terra. Havia uma divisão no seu interior, pois a reivindicação de Fora FHC/FMI não era consensual entre as direções. A maioria petista se colocava pela pressão para a mudança da política econômica do governo. O ato prosseguiu festivo até o

momento do choque com a polícia. Já havia ocorrido provocações anteriormente, mas só na Praça da Sé houve confronto. A tropa de choque cercou a região e o ato deixou de ser festivo para ganhar contornos de protesto.

O encerramento do ato contou com uma falação de Lula, radicalizado, que defendeu um grande ato de 100 mil pessoas no Anhangabaú no 1º de Maio.

A política do POR se contrapôs claramente do seguidismo das correntes. Nossa defesa firme da necessidade do combate antiimperialista (FUA), nossa crítica à conciliação de

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN



Qual é o objetivo do bloco de esquerda?

O PSTU tem trabalhado pela formação de um bloco de esquerda. Faz parte dele algumas correntes de esquerda do PT, representantes de movimentos, militantes independentes e algumas personalidades petistas, como Luis Eduardo Greenhalgh. Na reunião de São Paulo (14/3), aprovou-se a bandeira de “Fora FHC e FMI, não pagamento da dívida externa”. Apesar da convocatória afirmar ser as reuniões abertas às correntes socialistas, as articulações foram feitas apenas com algumas correntes, isolando aquelas que porventura pudessem defender posições distintas das previstas, a exemplo do POR.

As bandeiras aprovadas serão levadas para as manifestações planejada pela CUT e intervir no Fórum Nacional de Luta. A princípio parece correto formar o tal bloco contra o governo FHC e o FMI, bem como contra o pagamento da dívida externa. Porém, a limitação a estas três bandeiras demonstra não só a fraqueza política do bloco mas também seu conteúdo estritamente democratizante.

No fundo o Bloco está reivindicando convocação de

eleições presidenciais, que pressupõem a defesa do PT. Provavelmente devido a divergências, o Bloco não primou por clareza de posição.

Chama a atenção o fato de não aprovar uma plataforma de reivindicações que tenha por base as necessidades elementares das massas, como salário, emprego etc. Isso quando o governo e oposição burguesa discutem o reajuste do salário mínimo.

A linha adotada pela frente não é de pôr abaixo o governo dos capitalistas, mobilizando os trabalhadores a partir de suas reivindicações vitais e desenvolvendo a estratégia de um governo revolucionário. Não, a estratégia é afastar FHC por intermédio de um movimento que desemboque na convocação de eleições presidenciais.

As bandeiras antiimperialistas “Fora o FMI” e “não pagamento da dívida externa” também parecem circunscritas. O Bloco deixou de lado as privatizações. A bandeira de reestatização sem indenização e controle operário da produção é necessária nas condições concretas de luta pelo fim do

governo pró-imperialista e pela expulsão do imperialismo. Estas e outras formulações necessárias colocariam o Bloco sob o objetivo de destruir integralmente o Plano FHC/FMI. Mas tudo indica que o centro estratégico do Bloco é novas eleições, com o PT na frente.

O POR diverge desta linha do PSTU e aliados da esquerda reformista. Defende que a tarefa colocada é constituir uma frente única antiimperialista, baseada em uma plataforma que una as reivindicações elementares dos trabalhadores às bandeiras antiimperialistas e anticapitalistas. Uma frente que trabalhe pela aliança operário/camponesa. Que tenha a função de intervir não apenas nas manifestações programadas pela burocracia sindical e pelo PT, mas de realizar um trabalho sistemático entre os explorados em torno da reivindicações, da organização dos movimentos e da constituição de comitês de base por todo país.

Se o Bloco fosse de fato aberto às correntes revolucionárias, incorporaria a discussão da necessidade da frente única antiimperialista. Faria uma sincera convocatória a todas as correntes que se reivindicam do marxismo.

Natal

A aliança PCdoB e PFL na prefeitura de Umarizal (Rio Grande do Norte)

No período de 1996 a 1998, a prefeitura de Umarizal esteve nas mãos do PCdoB, PFL e PSDB. Durante a campanha eleitoral, o PCdoB não só fez a aliança com um partido burguês, responsável pela implantação dos planos neoliberais no país, como tornou-se o assessor direto da campanha do PSDB. Realizou reuniões com desportistas e orientou o candidato do PSDB a não participar do debate promovido na Escola Estadual 11 de agosto. Com os desportistas, prometeu a construção de um ginásio, chegou a dividir a utilização do suposto e futuro ginásio e iniciou a construção chegando a cobrir o

espaço. Depois de dois anos, tudo não passou de uma farsa eleitoreira, própria dos politiquieiros em época de campanha.

Durante dois anos, os desportistas continuaram sem o ginásio e os funcionários em pagamento. O PCdoB nem mesmo denunciou a demissão de funcionários, mesmo na época fazendo parte da direção do SINTE. Eis aí a deslavada colaboração dos estalinistas do PCdoB com a política burguesa. O que conclui que colaborou com o prefeito na realização das demissões, não só porque estava e continuou na prefeitura, como também porque dirigia um sindicato e nada foi feito.

Após dois anos, o PCdoB saiu da prefeitura sem nenhuma explicação. Tudo indica que sua saída está relacionada à disputa pelo apoio ao deputado estadual. O prefeito exigiu centralização do seus secretários no apoio ao seu candidato a deputado estadual, mas os estalinistas insistiram em apoiar seus candidatos. Foram colocados para fora da prefeitura sem ao menos denunciar a política do prefeito.

Esse exemplo serve para mostrar o papel traidor do estalinismo para os trabalhadores. As alianças com os partidos da burguesia não são de hoje. A história do PCdoB está marcada pelo apoio a Collor de Melo em Alagoas, ao PFL, PMDB etc. Trata-se de um partido ajustado a oficialidade do Estado burguês.

Salário Mínimo:

Governo: de R\$130 para R\$137

CUT: de R\$130 para R\$188

Ambos mantêm os trabalhadores na miséria

A proposta máxima de reajuste do salário mínimo é de 6%, o que significa R\$137,80. Como sempre, os argumentos governamentais são de que o reajuste do salário mínimo mexe com a Previdência. O que quer dizer que a Previdência não tem como arcar com a aposentadoria de milhões de trabalhadores, que recebem um salário mínimo. O que é falso. O caixa da Previdência está quebrado por conta da corrupção, sonegação e desvio de dinheiro para encher os bolsos dos credores interno e externo.

O salário mínimo chegou ao fundo do poço. Hoje vale 24,47% do seu valor inicial, quando foi criado no governo de Getúlio Vargas. Perdeu 75,53%. Significa que voltou a valer menos de 70 dólares, situação em que se encontrava em 1994. Se já não dava para uma família sobreviver, imagine só agora. Para manter o seu valor, o salário mínimo deveria ser de R\$531, que também não é suficiente para as despesas de moradia, transporte, alimentação, vestuário, saúde e educação. Basta que lembremos que o aluguel de um quarto e cozinha está em torno de R\$250. Só a cesta-básica, para uma família de 4 pessoas, consome quase todo o salário. Uma passagem de

ônibus é R\$1,15. Como se vê, não é preciso muitas contas para concluir que o salário mínimo impõe a miséria e a fome das massas trabalhadoras.

Esperar do governo reajuste do salário mínimo já se tornou piada para a população. Agora, a CUT com a proposta de salário mínimo de R\$188 faz a mesma coisa. Os burocratas sindicais, que não vivem do salário mínimo, perderam a vergonha e defendem os mesmos argumentos do governo para não reivindicar reajustes reais. Sabendo que 65% dos aposentados da Previdência recebem um salário mínimo, a CUT propõe R\$50 reais acima da proposta de reajuste do governo. O PT pressiona o governo para atualizá-lo em 100 dólares, valor de 1995. Está aí porque tanto a CUT quanto o PT não defendem o salário mínimo real.

O salário mínimo deve ser se R\$ 1800, com escala móvel de reajuste

Há tempos atrás, o DIEESE calculava o salário mínimo próximo das necessidades de uma família trabalhadora. Hoje, esse organismo faz suas contas bem próximas da reposição de seu valor de quando foi instituído. Se para repor é preciso R\$531, o DIEESE calcula em pouco mais de 800 reais. Quantia essa bem distante das reais necessidades de

sobrevivência de uma família.

O POR defende R\$1800. O que para os políticos e burocratas parece muito, na verdade trata unicamente de reproduzir a força de trabalho em condições mínimas: alimentação, vestuário, moradia, transporte, saúde, educação etc. Basta que façamos o cálculo, para verificar que esse valor nada tem a ver com luxo. Se o capitalista e seu governo não tem como manter a força de trabalho nessas condições, que morram. O que não podemos permitir é que eles matam de fome e miséria a maioria da população brasileira.

A defesa do salário mínimo real é uma reivindicação elementar das massas trabalhadoras. A luta consequente leva ao enfrentamento direto contra o Estado burguês e seu sistema econômico.

Nacional



Guarulhos

Dia Mundial da Saúde: o que comemorar ?

No dia 7 de abril comemora-se o Dia Mundial da Saúde. Temos muito pouco o que comemorar. Desde a implantação do Plano Real, vimos que o primeiro ato dos vários ministros que passaram pela pasta da Saúde foi sempre o de cortar verbas, que foram canalizadas para os agiotas internacionais, como pagamento das dívidas públicas.

Esses cortes de verbas chegam a pontos alarmantes. Vemos hoje doenças que foram extintas ou controladas no Brasil há vários anos voltando com força redobrada, como nas epidemias de dengue e os diversos casos de tuberculose e de meningite, isto sem falar nas ameaçadoras infecções hospitalares que vêm redobrando suas vítimas.

É evidente que a situação de abandono da saúde repercute em Guarulhos e é isso o que veremos abaixo.

Abandono da Saúde em Guarulhos

Segundo a Organização Mundial da Saúde, que preserva os interesses dos capitalistas em nível internacional, deveriam ser investidos pelo menos 500 dólares por habitante/ano com saúde e saneamento básico. Muitos países semicolônias extremamente atrasados, como a Somália, chegam a gastar 60 dólares por habitante/ano. Já em Guarulhos, gasta-se aproximadamente 48 reais/ano, ou seja, não dá para tratar nem de uma formiga. Além disso, boa parte do pouco dinheiro destinado à saúde acaba indo parar na mãos de trambiqueiros de todas as laias, como o aluguel

de 6 ambulâncias que dariam para comprar 14 delas para o Hospital Municipal e Maternidade de Guarulhos (antiga Santa Casa). Ao mesmo tempo em que este verdadeiro roubo era efetuado, 90 crianças morreram de infecção hospitalar num período de 6 meses (dezembro de 97 a julho de 98). Isto sem contar as 5 toneladas de remédios já comprados com o prazo de validade vencido.

Apesar de todas estas irregularidades em fevereiro, numa reunião da Secretaria de Saúde para aprovar as contas da Secretaria, todos a aprovaram, inclusive o Foro Permanente organizado por militantes do PT e da CUT e coordenado pelo padre Beraudo.

É necessário dar um basta neste estado de coisas. A tarefa urgente colocada agora é reativar o Movimento de Saúde, mas com uma direção séria e independente, que não use o movimento para defender este ou aquele candidato, mas que lute com toda suas forças para, por meio da mobilização, conseguir as reivindicações.

Paraná: Ataque à Universidade em nome da Autonomia

O governo do Paraná assinou, no dia 18/03, o termo de autonomia financeira das universidades e faculdades estaduais. Estes convênios, feitos sob a denominação de "Autonomia", prescrevem o repasse de verbas para cobrir a folha de pagamento dos funcionários e professores. As universidades se comprometem a arcar com todos os outros custos e a aumentar a oferta de vagas em 20%. Em troca disto, o que as administrações das universidades "ganham" é autonomia para gerenciar estes minguados recursos sem interferência do CRAFE (conselho de reestruturação e ajuste fiscal do estado).

Antecedentes

Há bastante tempo, o governo Lerner vinha impondo cortes no custeio das universidades, glossando despesas, utilizando o Tribunal de Contas para contestar aposentadorias, promoções e deixando de repassar simplesmente as verbas previstas no orçamento para custeio. No final do ano passado, entretanto, criou o CRAFE com a missão de filtrar todas as despesas do Estado, aí incluídas as das universidades (transformadas em repartições públicas desde o governo Requião) e reduzir em 20% as despesas com pessoal.

No mês de fevereiro, o governo encaminhou às universidades uma proposta de "contrato de gestão" mediante a qual as administrações se livrariam do crivo do CRAFE desde que concordassem em reduzir em 10% a folha de pagamentos, arcar com o custeio com receitas próprias e detalhar no "contrato de gestão" todas as despesas que forem efetuar. O que não estivesse neste contrato, teria de passar de novo pelo CRAFE. Os reitores recusaram esta proposta e da negociação posterior saiu o termo de "Autonomia".

A chantagem do governo e a covardia dos universitários

O governo impôs a sua "solução" ameaçando com a inviabilização das universidades. As administrações das universidades, interessadas na autonomia que elas ganhariam com o acordo, reforçaram a chantagem sobre os Conselhos Universitários, ameaçando inclusive com cortes e demissões, caso não se aceite a proposta do governo. Os termos do "acordo" seriam mais ou menos os seguintes: aceitar a proposta de "autonomia" do governo para garantir os empregos e salários.

Nem bem os acordos foram assinados, as administrações (reitorias e pro-reitorias) começaram a realizar cortes e medidas de racionalização e/ou aumento de vagas. Este é o resultado da conduta covarde dos universitários que se dobraram à chantagem, achando que assim iriam garantir seus empregos.

Nada mais natural então, que os reitores percebendo a fragilidade de docentes, alunos e funcionários aprofundem as políticas restritivas e despóticas de racionalização. Quanto menor a resistência, mais rápidas elas avançarão.

O verdadeiro sentido da Autonomia Universitária

Os defensores desta "Autonomia" tem explicitado as vantagens - segundo eles - desta. "O objetivo é otimizar o uso dos recursos, cortar gastos desnecessários ou adiáveis, e procurar arrecadação financeira através da intensificação de convênios e prestação de serviços à comunidade" (Jackson Proença Testa. Reitor da UEL). Outro personagem da administração também declarou que "...graças a ela (a autonomia) vamos finalmente racionalizar e assim poderemos sobreviver".

Quer dizer, autonomia significa racionalização! Todo o problema consiste em saber quem racionaliza. De acordo com o modelo paranaense, a racionalização do "desempenho" das universidades será feita da acordo com critérios de gestão empresarial e, fundamentalmente, de acordo com critérios impostos pelo governo às administrações (vide o caso do "provão" e a imposição de aumentar em 20% as vagas) e pelas administrações ao conjunto do corpo acadêmico.

Estamos diante de uma completa falsificação do conceito de autonomia universitária.

A autonomia universitária nasceu com a universidade. Quando na idade média as escolas precisaram se proteger do arbítrio dos poderes locais (políticos e religiosos) conquistaram a condição de corporações autônomas de modo a garantir o cumprimento de seus objetivos sem a interferência dos governos. Quer disser, a universidade começou a existir quando conquistou a autonomia para funcionar. As duas primeiras universidades foram duas corporações; a universidade de Paris foi uma corporação de mestres e a universidade de Bolonha uma corporação de estudantes.

Mais recentemente, na América Latina, a bandeira da autonomia universitária será levantada pelo movimento da reforma universitária iniciado na cidade de Córdoba/Argentina em 1918 e se espalhou por todo o continente. O sentido da reforma e autonomia universitária defendida pelos estudantes cordobenses, era essencialmente antiimperialista. Defendia-se a emancipação das amarras do clericalismo retrógrado para fazer com que a universidade fosse instrumento para o desenvolvimento das nações oprimidas.

A autonomia universitária significa a autonomia perante o poder executivo, que encarna o verdadeiro

poder do estado. Significa que a universidade tem a capacidade para se dar a organização acadêmica, administrativa e financeira que achar conveniente mas, significa principalmente, que tem a soberania para escolher seus estatutos e suas direções, sem interferência do governo. Qualquer atenuação desta capacidade significa reduzir a autonomia. A autonomia é inconcebível sem uma ampla e decisiva participação dos estudantes no governo da universidade, o que só pode se garantir mediante a instituição da assembleia universitária onde todos os universitários (estudantes, professores e funcionários) têm o mesmo poder de deliberação. Por outro lado, não se concebe um regime de autonomia universitária a não ser que se garanta o caráter público e gratuito da universidade, ou seja, custeado integralmente com recursos públicos.

O que ocorre no Paraná é exatamente o contrário disto.

A autonomia, que tem como premissa uma ampla democracia, a deliberação direta de todos os universitários, é substituída aqui pelo reforçamento do poder despótico das administrações (reitorias e pró-reitorias), e na medida em que estas continuam subordinadas ao governo do Estado, significa uma anulação maior ainda de qualquer autonomia que por ventura ainda houvesse. Nesse sentido, o resultado deste processo não é a autonomia das universidades mas a autonomia da burocracia que passa a se apropriar destas organizações e utilizá-las em seu benefício.

O movimento dos professores, estudantes e funcionários deve denunciar esta falsificação e levantar decididamente a bandeira da verdadeira autonomia universitária. Está em questão, não apenas o emprego de professores e funcionários e a gratuidade do ensino, mas o caráter público da universidade. De fato, os termos assinados com o governo, já reduzem o seu caráter público, colocando-a, cada vez mais, em mãos da burocracia, que passa a ser a única que delibera.

No quadro de aprofundamento da opressão do nosso país, a defesa do caráter público da universidade torna-se uma bandeira de interesse nacional. Somente uma verdadeira universidade pública pode ser colocada a serviço do desenvolvimento e em defesa do interesse nacional. E só pode ser pública, no verdadeiro sentido da palavra, uma universidade autônoma, onde o poder seja exercido pela Assembleia Universitária e não apenas pela cúpula da burocracia.



III Congresso dos Estudantes da ETFCE

Entre os dias 2 e 3 de março foi realizado, em Fortaleza, o III Congresso dos Estudantes da ETFCE. Esta iniciativa do Grêmio, que deveria ter sido aproveitada para discutir os problemas da situação nacional e internacional, os ataques sofridos pela educação pública no país e, principalmente, as transformações das escolas técnicas em CEFETs, acabou sendo apenas mais um encontro de estudantes. Portanto, sem propostas concretas para enfrentar o governo, que vem destruindo a escola pública e ampliando a privatização do ensino médio.

O Congresso, que deveria ser realizado no ano passado, foi adiado. Coincidindo com o período final do semestre e início das provas, as plenárias foram esvaziadas. Ainda contou com a

colaboração da burocracia administrativa, que colocou avisos informando que não haveria aulas nos referidos dias. Dessa forma, foi apresentada à plenária apenas a tese da Força Estudantil (independentes), que pouco contribuiu para o debate sobre os reais fundamentos da destruição e privatização do ensino público e as formas de resistência (de luta) para o movimento estudantil.

As reivindicações apresentadas pela Tese Força Estudantil, a presença do diretor que está implantando o CEFET (que não deu nenhuma explicação sobre o programa de ensino, pedida pelos estudantes), a forma privilegiada de participação de alguns parlamentares do PT, a presença do diretor Moraes na mesa (visto que representa a

política antinacional e antipopular de FHC) demonstram que falta para o Grêmio uma política independente do Estado e dos partidos burgueses e da burocracia administrativa da escola.

O POR participou do Congresso mostrando, através das intervenções, a verdadeira intenção do governo com a reforma da educação. Denunciou as direções burocráticas da CUT, PT e PCdoB, que vêm conciliando com o governo, através de remendos à reforma privatista do ensino. Defendeu o método da ação direta e a participação dos estudantes na luta operária e camponesa para pôr abaixo o governo FHC. Contrapôs à tática das frentes eleitoreiras com a Frente Única Antiimperialista, sob a direção e programa operário.



Fortaleza: Campanhas do POR

Com o título "Polivalentes: falta de professores e de cadeiras, por quê?", a Corrente Proletária Estudantil diz: "Desde o início das aulas os alunos do Polivalente se deparam com a falta de professores, de cadeiras e de funcionário. A lei que vigora é: quem chega primeiro senta e quem se atrasa ou fica de pé ou vai para a casa. A falta de professores e funcionários é comum". Mostra que esses são problemas de todos os níveis de ensino, da Universidade ao fundamental. E que os responsáveis são os governos - FHC, Tasso e Juraci - que estão a serviço dos donos das escolas particulares. E defende a organização dos estudantes, a

construção de grêmios combativos, para impulsionar a luta em defesa da escola pública e pelo fim de todo o ensino privado. Levanta a bandeira do ensino público, laico, gratuito e estatização de toda rede privada, sob o controle dos trabalhadores.

Um outro Boletim da Corrente Proletária "UECE: novo estatuto levará a privatização" analisa alguns pontos desse estatuto. No art.5o, estabelece como órgão máximo da administração da UECE o Conselho diretor, formado pelo Reitor, dois pró-reitores e mais três membros indicados pelo governo. Aí está o controle da Universidade pela burocracia administrativa e governamental. No art.9o,

restabelece a participação dos estudantes nos órgãos colegiados. Porém em número bem reduzido, que de nada valerá. Servirá unicamente para manter a máscara da democracia universitária. Nos artigos 89 e 91 estabelecem cobranças de taxas escolares dos alunos. E defende a convocação de uma assembléia universitária, sob a direção estudantil, para rejeitar o estatuto de privatização da Universidade e expulsar o Reitor Manassés, serviçal do governo pró-imperialista. Levanta como bandeira: Abaixo o estatuto do Reitor! Por um governo tripartite (estudantes, funcionários e professores), sob o controle da Assembléia Universitária!



FIG - Guarulhos

Formação de um CA na FIG (Centro) é Imprescindível

A imediata formação de um Centro Acadêmico na popular Figuinha está na ordem do dia.

É necessário um organismo que defenda as reivindicações dos alunos e combata a opressão das mensalidades abusivas e dos cortes das bolsas de estudos. A inadimplência se tornou hoje uma das principais saídas contra os abusos para os alunos da FIG - Centro, como resposta às ordens impostas pela direção da

faculdade e que, em última instância, respondem pela política imposta por FHC e o FMI de cortes de verbas para a educação e de privatização e elitização do Ensino.

Ao mesmo tempo que este processo acontece, vemos que as direções do movimento estudantil (que estão nas direções da UNE e das UEEs etc.) amortizam a luta dos estudantes, ao atomizar os

movimentos, quando desenvolvem uma política eleitoreira e de pressão parlamentar completamente incapaz de levar o movimento à vitória.

A necessidade da organização dos alunos na FIG - Centro neste momento é imperativa e será o primeiro passo para a organização dos estudantes da FIG - Vila Rosália e da UNG, organizando assim o movimen-

A defesa da educação passa pelo combate nas ruas ao plano antinacional e antipopular de FHC e pela construção da frente única antiimperialista

Publicamos abaixo manifesto da Corrente Proletária Estudantil à manifestação de 26/3

Educação

A UNE convocou um ato nacional em defesa do Brasil e da educação. Quais suas bandeiras? Chega de FHC!; Chega de falta de verbas, falta de professor e mensalidades abusivas; Apoio à moratória de Minas. Fora o FMI; Verbas para a educação e não para o banqueiro; Defesa da meia entrada; Nenhum estudante fora da escola; Matrícula para os inadimplentes.

É evidente a necessidade de unificação das lutas estudantis e de professores e funcionários para barrar a destruição da educação e, em nível mais geral, o aumento da opressão nacional, que é feito por meio de um plano econômico antinacional e antipopular ditado pelo FMI.

Qual é a tarefa das direções do movimento? Partir da defesa intransigente das reivindicações mais sentidas pelos estudantes (não rebaixá-las em busca de acordos de cúpula), impulsionar a mobilização independente (não ficar a reboque de setores capitalistas ou da burocracia universitária descontentes), generalizar e unificar os movimentos ao redor das bandeiras de interesse geral (não tentar remendar os ataques do governo e jogar estudantes contra estudantes), defender a necessidade de unidade na luta com a classe operária, os sem-terra, o funcionalismo e os outros trabalhadores num combate nacional ao plano de fome de FHC. A defesa intransigente da contratação de todos os professores necessários ao andamento normal dos cursos, por exemplo, só pode ser satisfeita com a quebra do plano antinacional e antipopular de FHC.

Em resumo, a constituição de uma frente de luta dos partidos e correntes de esquerda tem de apontar para a necessidade da constituição de uma frente única antiimperialista, que

unifique as lutas num combate contra o capital financeiro internacional e seus servos capitalistas nacionais, que, juntamente com seu governo, aplicam as medidas de destruição da economia e dos serviços públicos nacionais em benefício próprio. A luta conseqüente pelas reivindicações imediatas leva os estudantes ao choque com o governo e o FMI.

Mas é preciso que se diga como se vai combater efetivamente o governo e seu plano. E o método fundamental é o da ação direta. A organização de uma greve geral para pôr abaixo o plano FHC/FMI é o caminho que pode fazer avançar o movimento.

Infelizmente, não é esse o caminho que tem sido apontado pela direção da UNE e pela maior parte das correntes e partidos de esquerda. O conteúdo da sua política atual é, na essência, o de reivindicar a remoção de FHC e convocação de novas eleições. O método é o da pressão institucional, atos festivos e caravanas. A frente proposta é a unidade (em maior ou menor grau) com os setores burgueses descontentes. Tanto é assim que se chama a apoiar a bravata de Itamar em relação ao governo federal e não se aponta o caminho da luta direta e unificação com a classe operária e demais setores oprimidos.

Defender a encenação de Itamar Franco, que apenas pretende uma renegociação do pagamento da dívida, apóia esse governo de FHC e aplica sua política privatista e destruidora dos serviços sociais públicos, é semear uma ilusão sobre as massas e colocar o movimento a reboque de uma fração da burguesia descontente. Eles só estão à espera de um

aceno do governo federal para se voltarem com todas as forças contra o movimento.

Também não será por meio das eleições que as massas verão atendidas suas reivindicações. Nas eleições, predomina o poder econômico, que as manipula de acordo com os interesses dos grupos capitalistas. As ilusões na via eleitoral são uma das bases para garantir a permanência do sistema de exploração do trabalho e uma arena onde os grupos capitalistas se digladiam pelo maior ou menor controle sobre o aparato estatal, que implica em domínio sobre a política econômica. Por essa via, as massas não terão suas reivindicações atendidas.

O movimento estudantil teve recentes experiências com o Fora Collor e a campanha pela CPI do Orçamento. Em ambas, as direções não trabalharam a independência política e organizativa e submeteram o movimento aos grupos burgueses descontentes. Resultado: o Fora Collor levou ao governo Itamar e à vitória de FHC em 1994, e a CPI do Orçamento acabou conferindo um atestado de honestidade às dezenas de envolvidos nos escândalos de corrupção. Não podemos cair novamente numa espécie de Fora Collor 2.

Por isso é que propomos que o movimento se coloque por um programa de reivindicações dos estudantes, pela organização da luta direta em todas as escolas, pela unificação das lutas entre alunos, professores e funcionários (assembleia universitária), pela escala móvel de salário e emprego, defesa dos serviços sociais e do estatismo, ruptura com o imperialismo, pela constituição da frente única antiimperialista e pela organização de uma greve geral para derrubar o plano de FHC/FMI. ABAIXO FHC E FORA O FMI!



Sai condenação a dirigente sindical:

Abaixo a perseguição política em Ceará-Mirim!

O prefeito Roberto Varela (PMDB/PCdoB) na cidade de Ceará-Mirim (RO) entrou com um processo criminal contra um dos coordenadores do SINTE, por ele se posicionar em defesa da escola pública, denunciando os baixos salários. Um professor primário com abono tem salário de até 270 reais, atraso de pagamento na pré-escola e demais setores municipais. Enquanto isso, o salário do prefeito é de 6 mil reais.

O reacionário prefeito, oriundo da oligarquia usineira, não pode conviver com os sindicatos de luta, preferiu usar o caminho da repressão como forma de amedrontar as

lideranças sindicais que combatem no dia-a-dia as reformas educacionais aplicadas em Ceará-Mirim.

A justiça burguesa reacionária a serviço das oligarquias regionais.

O processo criminal contra o coordenador João M. Fernandes teve uma tramitação rápida. A primeira audiência ocorreu em janeiro, rapidamente a juíza julgou e no dia 23/03 saiu a sentença: o companheiro foi condenado a pagar uma multa de 693 reais ao prefeito Roberto Varela por ter, segundo parecer da justiça burguesa, atingido a honra e a moral do mesmo.

A justiça burguesa não

julgou nem poderia julgar as ações do prefeito contra a população da cidade, que vive na miséria, com o aumento do desemprego, a saúde pública precária (só há um médico de plantão), onde os desabrigados da chuva até hoje não receberam as suas casas. As crianças com idade de frequentar creches ficam de fora, pois todas foram fechadas.

Só a unidade do movimento, sindicato, estudantes, desempregados, saúde, e outras categorias poderão por fim à exploração dessas oligarquias corruptas no interior do nordeste.

Intensificar a campanha em defesa das liberdades democráticas!

Natal

Fórum se Tenta se Aliar às Oligarquias

O Fórum dos Servidores públicos do Rio Grande do Norte mostrou na reunião de 26/03 seu caráter antidemocrático e de colaboração de classes. Num ato público após uma massiva passeata dos trabalhadores foi vetada a intervenção pública do POR sob a alegação de que não tínhamos mobilizado para o ato.

Nós poristas não precisamos justificar para os reformistas nossa militância revolucionária diária no seio da classe, toda vanguarda a conhece.

Por detrás deste argumento está camuflada uma divergência política, que se expressou na primeira plenária do Fórum quando o POR apresentou sua plataforma política de lutas :

“Que o Fórum deveria se posicionar contra os governos de Wilma e Garibaldi, defesa do salário mínimo real de R\$ 1.800,00, defesa da saúde e da escola pública para todos contrapondo-se a privatização dos serviços, com relação à dívida externa colocávamos a necessidade da suspensão de todos os acordos com o imperialismo, enfim que o Fórum deveria se constituir num verdadeiro centro de luta antiimperialista e anticapitalista no estado. Contra este posicionamento colocavam a necessidade de participarem no fórum dos partidos patronais ligados as oligarquias (PDT, PSB),

rechaçamos completamente esta participação caracterizando como um fórum de conciliação de classes. É por detrás destas divergências que os companheiros insistem em afirmar que não mobilizamos. Apesar disto continuaremos defendendo intransigentemente as reivindicações elementares da vida das massas, contra a conciliação de classes e por um fórum combativo e de luta que construa a frente antiimperialista.

Abaixo ao veto político aos revolucionários!

Abaixo o fórum de conciliação de classes!

Fortaleza - Ceará

SEM-TERRA OCUPAM SEDE DO INCRA

No dia 08 de março, o MST ocupou a sede do INCRA no Ceará, com mais de 1.500 trabalhadores rurais, incluindo mulheres e crianças. Os trabalhadores reivindicam, entre outras coisas, a desapropriação e emissão de posse de algumas áreas; liberação de custeios de investimento do PROCERA; continuação das frentes de emergência até que haja

produção, liberação de recursos de projetos educacionais para os assentamentos, atendimento médico em todos os acampamentos e assentamentos, e liberdade para os três camponeses presos na luta contra os latifundiários.

A ocupação do INCRA em Fortaleza, não foi um ato isolado, faz parte da tática nacional do MST para barganhar migalhas do governo antinacional e

antipopular de FHC, ao mesmo tempo que busca fortalecer a estratégia reformista do “governo democrático e popular”.

De fato, a situação que já precária para os trabalhadores rurais, com ou sem terra tende a piorar com a quebra do Plano Real. O governo entreguista de FHC, como fiel representante dos latifundiários, jamais se interessou pelo destino de milhões de





explorados no campo. Nos dois primeiros anos de FHC, 400.000 agricultores perderam suas terras. O índice de evasão do ITR (imposto territorial rural) é de 90%, isto é, os grandes proprietários não pagam imposto sobre suas terras. Desde 1987, o Brasil não tem um Plano Nacional de Reforma Agrária como exige o reacionário Estatuto da terra de 1964, ou seja, a burguesia não cumpre nem suas próprias leis quando está em jogo os interesses dos trabalhadores.

Na verdade, a reforma agrária do governo é uma farsa, ora demagogicamente corre atrás dos conflitos, ora reprime sem piedade os trabalhadores sem-terra, deixando intocada a estrutura agrária e o poder dos latifundiários. Isso porque a burguesia é incapaz de realizar a

reforma agrária, como o fez a burguesia dos países imperialistas. Seus vínculos históricos com o latifúndio, a utilização da terra como reserva de valor e seu temor das massas organizadas e em luta a colocam contra qualquer perspectiva de destruição da concentração fundiária para favorecer os milhões de sem-terra.

Somente o proletariado é capaz de realizar as tarefas que a burguesia brasileira não cumpriu historicamente: soberania nacional; unidade nacional; reforma agrária, por exemplo. Para isto é fundamental a aliança operário e camponesa sobre a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Não compreender isso é colocar o

movimento camponês a reboque das frações burguesas em conflito, isolar os trabalhadores rurais dos operários e demais assalariados, dando fôlego à reação latifundiária para futuros massacres respaldados pelo Estado burguês.

É hora dos militantes do movimento operário e camponês convocarem uma plenária nacional de base para tirar um plano geral de greves, ocupações com autodefesa e passeatas para por abaixo FHC e os acordos com o imperialismo (FMI). Assim, estará sendo construída a unidade dos explorados e oprimidos (Frente Única Antiimperialista) contra os latifundiários, burguesia e o imperialismo.

A Política Anticomunista do PCdoB

Pode parecer estranho que o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), originado de um racha do falecido PCB, hoje PPS, na década de sessenta, tenha uma política anticomunista. No entanto, os trabalhadores conscientes não devem julgar o PCdoB pelas suas bandeiras vermelhas ou sua reverência para Marx e Lenin, mas por seu programa, estratégia e tática para a transformação social do Brasil.

Recentemente, a Comissão Política do PCdoB (06/02/99), lançou uma nota que explicita a distância astronômica entre sua política e os interesses históricos do proletariado em particular e dos demais explorados e oprimidos. Este documento - "Basta de FHC! Por um governo de união nacional das forças democráticas, patrióticas e progressistas!" - é uma receita de como quebrar a independência de classe dos trabalhadores, fortalecendo a burguesia e seu regime de opressão social.

Segundo a nota, a crise atual "resulta do esgotamento do modelo capitalista dependente", o seu o problema não é o capitalismo em si, enquanto modo de produção decadente, mas apenas uma forma, a "dependente". Logo, bastaria unir os que lutam por um "Brasil democrático, independente e socialmente justo", isto é, através de um chamado 'às forças democráticas e patrióticas representativas das amplas massas trabalhadoras, estudantis e populares, aos

setores religiosos ligados ao povo, ao empresariado vinculado aos interesses nacionais, enfim, a todos os que se opõem ao curso nocivo da situação", rumo a um "governo de união nacional das forças democráticas, patrióticas e progressistas".

Enquanto a quebra do Plano Real revelou o nível de putrefação do modo de produção capitalista e a subserviência da burguesia brasileira ao saque imperialista, o PCdoB quer que os sem-terra, os desempregados, os operários, estudantes e demais assalariados, dêem às mãos aos responsáveis por suas desgraças, os empresários, os latifundiários, os partidos burgueses (PMDB, PSB, PDT, PSDB, etc.) e políticos das classes dominantes (Brizola, Arraes, Ciro Gomes etc.).

Na verdade, o que o PCdoB faz é reeditar, para a conjuntura atual, a velha política antimarxista de conciliação de classes e de alianças com os setores tidos como "democráticos, patrióticos e progressistas" dos exploradores e opressores da maioria nacional oprimida (operários, camponeses, estudantes, funcionários etc.). Esta foi a política dos mencheviques, veementemente combatida por Lênin no período anterior à revolução socialista de 1917. Foi a política que afundou em sangue a revolução chinesa de 1925-1927, a revolução espanhola em 1936, o processo revolucionário aberto com a derrota do nazi-fascismo na Itália, França e Grécia em 1945, a

revolução portuguesa de 1974, as revoluções nicaragüense e salvadorenha na década de 80, entre outros tristes exemplos.

Alias, é bom lembrar o apoio do PCdoB ao Colégio Eleitoral e a Tancredo Neves, a Collor de Mello em Alagoas e Tasso Jereissati no Ceará em 86, além das alianças espúrias até com o PFL, nas últimas eleições. Sem esquecer, é claro, do combate dado pelo PCdoB à fundação da CUT, na época expressão embrionária da reorganização do movimento operário.

De fato, não poderia ser diferente para um partido que considera Stálin, o "coveiro da revolução" de acordo com Trotsky, como um grande revolucionário.

Um "governo de união nacional" não é nada mais que um recurso da burguesia para manter seu regime em crise às custas do sacrifício das massas. Os trabalhadores e militantes conscientes devem combater sem descansa este solapamento da independência de classe. Contra o "governo de união nacional", o governo operário e camponês, fruto da revolução proletária. Em lugar de "um movimento cívico", a Frente Única Antiimperialista. Ao invés de partidos reformistas na direção do movimento operário-popular, a construção do Partido Operário Revolucionário.

Eis o caminho para a construção da sociedade sem classes, o comunismo.

O partido e sua organização

Prosseguimos a série de textos de formação escritos por G. Lora, iniciada no Massas162

A Direção: Síntese do Partido

O longo e acidentado trabalho do Partido se traduz na formação das direções nacionais e dos quadros médios, que são o resultado de uma seleção nos campos da capacidade, do trabalho sistemático dentro da organização e da indiscutível fidelidade ao programa e ao Partido. A direção é pois, a expressão mais elevada do partido.

O dirigente, sobretudo o nacional, é o militante que, de forma necessária, tem alguma antiguidade dentro da organização, pois o trabalho diário é a bigorna em que ele se forja.

Os militantes sem exceção, têm a possibilidade de chegar até os mais altos postos de direção, com o único requisito de demonstrar vontade ao trabalho sistemático no seio das organizações de base, lealdade partidária e capacidade provada na atividade cotidiana. Uma prática sã dentro do partido considera à margem da organização os elementos que deixam de trabalhar dentro da célula, seria anormal - para não dizer imoral - que um elemento que se autoafastou invocasse direitos alheios a nossa prática organizativa para galgar até a direção, em que pese sua inatividade e isolamento do Partido. Deve se combater com energia a formação de camarilhas sem idéias ao redor de elementos que busquem chegra de assalto às direções. A luta pela direção deve ser entendida como uma luta política, que obrigatoriamente deve ser traduzida em proposições novas com respeito ao programa.

A estrutura partidária, definida pelo centralismo democrático, não permite que entre nós se dêem golpes para

permitir que elementos recém-chegados à organização, ou a aventureiros (cujo ingresso já demonstra um funcionamento deficiente das células), capturar de surpresa a direção, que é, sobretudo, o resultado de uma grande atividade diária, de apaixonadas e honestas discussões internas onde se confrontam posições políticas e programáticas.

As direções nacional e regional, asseguram tanto a unidade na atuação do partido até o exterior, como garante a vigência da democracia interna. A direção tem o dever primordial de orientar de controlar a atividade do Partido em seu conjunto, não podem existir para ela setores, grupos ou áreas ignoradas e não lhe pode estar vedado o conhecimento do que façam ou do que digam os militantes e as células em geral.

A primeira missão da equipe dirigente consiste em aplicar conseqüentemente a linha política, o programa em vigência e os estatutos; seus movimentos devem realizar-se dentro deste marco e não será permitido violá-lo. A direção não pode atuar contra o programa ou os estatutos, não podem modificá-los por sua vontade, o máximo que podem fazer é propor emendas para que o Partido discuta e se decida no próximo congresso nacional. A direção é a autoridade indiscutível por sua origem, por ser a expressão do melhor da militância, por sua enorme ascendência moral e a inobjetable honestidade em sua atuação.

Esta síntese do partido, reflete perfeitamente o nível alcançado pela organização, não pode ignorar a existência de frações divergentes, é por isto que deve incorporar em seu seio representações necessariamente minoritárias destas, minoritárias ainda que tivessem muito peso

numérico. Não se deve esquecer que a direção expressa a linha programática oficial e não os pontos de vista divergentes com ela. A experiência ensina que não se deve cometer o erro de constituir uma direção paritária, formada pela mesma quantidade de representantes da tendência oficial (que obrigatoriamente deve considerá-la majoritária em relação à oposição, isto até que não modifique o programa) e da fração opositora, não há melhor forma de condenar a total inoperância da direção: as tendências opositoras se anulam mutuamente. Nas vésperas da grande cisão de 54, se constituiu um Comitê Central paritário que tinha duas cabeças: dois secretariados gerais, que representavam as duas frações. Este curioso Comitê Central não pôde dar um só passo, sua atividade foi igual a zero, precipitando a ruptura do partido.

A direção só lentamente é mudada, isto porque supõe-se uma mudança programática.

Os quadros médios formam a base das direções intermediárias (desde os coordenadores das células até os Comitês Regionais) e por ela passa necessariamente o militante que chegará até a direção nacional. Pode-se dizer que os quadros médios constituem o esqueleto partidário, sem eles seria sumamente difícil o trabalho organizativo, a propaganda e a agitação. Isto explica porque o Partido tem tanto interesse na formação dos quadros médios.

Os quadros médios recebem uma educação especial, devem compreender devidamente o programa, os elementos do marxismo e manejar os fundamentos da teoria, simultaneamente são treinados nos trabalhos de organização e em outras especializações



Liberdade a Vilma Plata!

Participe da campanha internacional!

Da banana ao aço, cresce o protecionismo

imperialista



liberar a importação de bananas e não tomou nem conhecimento. O caso dos Estados Unidos, que partiram para taxações de produtos europeus, como forma de responder a não liberação das importações de bananas, evidencia bem a inutilidade das medidas tomadas pela OMC. A OMC, como foram os blocos econômicos, não pôde e não poderá conter a disputa entre os países mais desenvolvidos por mercados. Isso porque implica em grande destruição de forças produtivas. A guerra comercial tende a se transformar em guerras bélicas, conforme agudiza as contradições inerentes ao capitalismo em desagregação.

As crises constantes e permanentes, que provocam as guerras comerciais, impuseram a farsa “globalização dos mercados”. Os países semicoloniais, que mantinham pequenas reservas de mercado (algumas medidas protecionistas), escancararam suas economias. As barreiras alfandegárias foram derrubadas em nome da “modernização” e da “livre competição de mercados”. Ao mesmo tempo que as potências fechavam suas fronteiras para não ameaçar setores produtivos internos. Como se vê, as potências capitalistas não têm como resolver a crise. Todas as medidas acabam desembocando em mais crises.

O crescente protecionismo, quando a ideologia do imperialismo é de globalização, revela a contradição entre as fronteiras nacionais e o mercado mundial. As forças produtivas estão completamente mundializadas enquanto que suas raízes se mantêm presas a países determinados. Conforme são atingidas pelo estreitamento do mercado, os governos as protegem utilizando-se das fronteiras nacionais. Esse movimento contraditório entre as necessidades de expansão das forças produtivas e o protecionismo imperialista coloca os países em choque. Desenvolve-se a luta interimperialista e sob ela as

imperialistas, que têm fechado suas fronteiras à importação de alguns produtos chaves. O protecionismo dos seus mercados tem sido a forma encontrada para adiar quebras de setores produtivos.

Para se proteger, o Japão produz 12,5 milhões de toneladas de arroz subsidiado e mantém altas taxas às importações desse produto. A Europa preserva seu mercado para a produção de 12,7 milhões de toneladas de carne bovina, impedindo as importações de carne dos Estados Unidos. Este país quer ser o maior distribuidor de bananas, produzidas nas América Latina e Caribe, mas os europeus têm recusado comprar dos Estados Unidos. A Europa diminuiu as importações de carros da Coreia. Está em pleno andamento um conflito comercial em torno da importação e exportação de aço. O governo norte-americano atende às exigências da indústria do aço no sentido de sua proteção. O Brasil é um dos países duramente afetado. A guerra comercial, que tem uma de suas faces no protecionismo, tornou-se mais aguda com as desvalorizações cambiais em várias partes do mundo. As recentes crises no Sudeste Asiático, Rússia etc e consequente desvalorização das moedas fizeram com que as potências importadoras fechassem ainda mais suas fronteiras, para não ameaçar suas indústrias. Sem dizer que as crises trazem necessariamente o encolhimento das economias e a recessão impõe aos países a redução de importação. Não é por acaso que as potências se degladiam em torno das reservas de mercados.

Os países imperialistas criaram a OMC (Organização Mundial do Comércio), depois do fracasso do Gatt, com o intuito de administrar os choques interimperialistas. As “advertências” tomadas por essa organização não são acatadas por nenhuma das potências envolvidas. A exemplo da União Européia que foi advertida para

“O agigantamento do parasitismo financeiro e o estrangulamento do mercado em todo o planeta, sem perspectivas de ampliação substancial da produção mundial, são os motores que impulsionam as frações do capital financeiro internacional (imperialista) a se lançarem na guerra comercial, de características protecionistas e de blocos, à busca de aumentarem a exploração sobre os limitados mercados dos países atrasados (semicoloniais) e ao ataque em toda linha aos serviços sociais públicos, em benefício do parasitismo financeiro”.

“(…)A velhas leis de funcionamento do capitalismo continuam a operar e agudizar as antigas contradições. As forças produtivas se acham ainda mais encarceradas às relações de produção e apropriação monopolistas. O mercado mundial se satura aceleradamente. As fronteiras nacionais dos países imperialistas se tornam mais conservadoras...”

Estas são duas teses do V Congresso do POR que mostram: de um lado, o estreitamento mundial dos mercados e a guerra comercial interimperialista, na disputa pelos mercados dos países semicoloniais; de outro, a contradição do sistema capitalista, que se expressa na potencialidade das forças produtivas e no bloqueio imposto pela relação de produção e apropriação privadas. Diante do agravamento das tendências recessivas mundiais, as potências imperialistas fecham seus mercados, ao mesmo tempo que exigem a abertura dos mercados das semicoloniais. As barreiras protecionistas provocam incessantes conflitos entre os países imperialistas.

Em um artigo publicado na Revista Veja diz: “O mundo está ensaiando uma guerra cuja arma principal é a proteção dos mercados internos contra os produtos estrangeiros”. Certamente, a matéria não diz que se trata da guerra entre países

Bolívia

Em defesa de Vilma Plata

Surgem novas manifestações de apoio a heróica militante da Federação dos Professores de La Paz, contra sua prisão.

Universitários de UMSA

Redatada carta ao Juiz de 2ª Instância: "Sabemos que o Poder Executivo quer acabar na pessoa de Vilma Plata a todo o movimento sindical do país e particularmente o do magistério com uma clara intenção de acabar com o direito de greve e de protesto, com o foro sindical e com o direito de organização dos Sindicatos ..."

Ampliado Nacional dos Trabalhadores em Educação

"A prisão do companheiro Vilma Plata responde a uma determinação política do Ministro de Governo para calar qualquer tentativa de protesto dos trabalhadores pretendendo penalizar a atividade sindical... Conhecemos a capacidade e firmeza combativa da companheira Plata, demonstrada ao largo de sua atividade sindical que deveria se constituir num exemplo para aqueles outros 'dirigentes' vacilantes e traidores... estamos seguros que não desanimará até conseguir sua liberdade..."

SUCRE

A Central Estudantil do Departamento (CED), o Centro de Comunicações Social, o de Odontologia, de Engenharia, de Agronomia, a Federação dos Trabalhadores em Educação, A Central Operária do Departamento (COD) enviaram memorando ao presidente da república, denunciando, protestando contra a detenção de Vilma Plata e exigindo sua imediata liberdade

Professores Rurais de La Paz

"...Nossa organização sindical exige do governo central a imediata libertação dos companheiros Vilma Plata e Rodolfo Rojas, caso seja negado nosso setor se verá obrigado a paralisar os trabalhos educativos e desta forma responsabilizar o atual governo da megacoalição..."

Trabalhadores Fabris de La Paz

"Nos solidarizamos com V. Plata e R. Rojas injustamente detidos e exigimos do governo a imediata liberdade de ambos dirigentes sindicais ... Não podemos permitir que se penalizam a greve nem que se converta em um delito como pretende Banzer."

Professores Urbanos de Potosí

Em reunião ampliada acordaram em exigir a liberdade de V. Plata e R Rojas

Confederação de Artesãos da Bolívia

O Congresso do Setor aprovou a seguinte resolução

"1 exigir do governo que deponha suas provocações para com os trabalhadores de Bolívia.

2 exigir a imediata liberdade para V. Plata, que por reclamar a vigência da escola pública e gratuita foi privada de seus direitos."

Escola I. Montes

Mediante resolução exige liberdade de Vilma Plata

Neuquem Argentina

Fax assinados por sindicatos, organizações estudantis pelo POR Argentino e outros dirigido ao

Ministro do Governo, exige liberdade de Vilma Plata

Madri

Solicitação de Solidariedade

Liberdade para Vilma Plata

Conseguir a liberdade de Vilma Plata é apoiar a defesa dos direitos trabalhistas e sindicais dos trabalhadores de Bolívia. Por isto solicitamos que se dirijam cartas à Embaixada da Bolívia (c/ Velazquez 26, 280001 Madri) exigindo a liberdade de Vilma Plata e a derrubada das leis antigreve.

Comitê pela Liberdade de Vilma Plata e de defesa dos trabalhadores Bolivianos

Continuam as Mobilizações dos Professores

Os docentes de Potosí ganharam as ruas protestando contra os descontos em seus salários.

Temos uma prova a mais de que o magistério não saiu derrotado de sua última greve, como esperava o gorilismo.

Cabildo (Assembléia Popular, N. do Trad.) Multitudinário Grita em Coro:

Expulsar o governo fascista, esfomeador e corrupto de Banzer!

Que renuncie o Capataz Hoz de Vila (ministro de Banzer N .do Trad.)!

Viva o Plano de Carreira do Magistério!

Pais de família e professores unidos na luta por derrotar os decretos fascistas!

Liberdade para Vilma Plata!

As Bases Mobilizadas Libertarão Vilma Não à Penalização da Greve!

Desconhecendo o foro sindical e violando as leis foi presa e encarcerada durante o último conflito.

Se lhe negou o benefício da liberdade provisória, sob o pretexto de que pesa sobre ela um passado impressionante de agitadora sindical. Para os juizes, o direito de protesto e a luta pela defesa dos empregos se convertem em delitos graves. Sem dúvida, os corruptos, os que roubam a partir do aparato estatal, desfrutam de absoluta liberdade.

É hora de acabar com esta vergonha!

Liberdade Para Vilma Plata!

A Federação dos Professores Rurais de Cochabamba enviou carta aberta ao presidente Banzer que diz:

"O Magistério Rural de Cochabamba, em homenagem à luta social que encarna o povo boliviano, nesta hora de espoliação e alienação da Pátria e do Dia Internacional da Mulher que acaba de ser celebrado com mensagens oficiais, solicita a você que disponha a imediata liberdade para a professora Vilma Plata que constitui símbolo de dignidade nacional.

O modelo neoliberal, globalizador e antipátria que representam os governos destas últimas duas décadas, seguramente retrocedendo no tempo da História, colocariam na prisão Bartolina Sisa, Micaela Bastistas, Vicenta Juaristi, Maria Barzola e outras mulheres que como Vilma agora, lutaram pela liberdade, pela dignidade e pela justiça social.

Em nosso tempo, mulheres como a professora Vilma Plata, lutaram pelo restabelecimento da

Denúncia



democracia que hoje usufruem os que nada fizeram por ela; maior razão para libertá-la da farsa judicial que manipula o governo".

Marcha Docente

No Dia 17 de março, os professores de La Paz protagonizaram uma marcha pelo Plano de Carreira pedindo a derrogação dos 3 últimos decretos, o respeito aos professores do normal e a liberdade para Vilma Plata. Os aposentados exigem o respeito aos bens sindicais e os da saúde com relação a seus direitos e conquistas.

URMA (de Cochabamba) n° 52

Liberdade para Vilma Plata

Esta valorosa combatente está pagando o preço por defender com energia os direitos das crianças, da juventude e do magistério ... eixo da luta do valoroso magistério de La Paz deixa marcas profundas no magistério nacional... Esta disposta a permanecer no suplício sem inclinar a cabeça ante o carrasco. Seu cativo não é outra coisa que a confirmação do caráter fascista deste governo.

La Yapa (Voz dos Comerciantes minoritários de Cochabamba) n° 2

Mensagem para Vilma Plata:

"Adiante companheira Vilma Plata, sua firmeza é um exemplo para todos os explorados e oprimidos do país!

Encontro de Mulheres Universitárias
Liberdade Imediata para Vilma Plata

U Aberta n° 46

Liberdade para Vilma Plata

"Pelo delito de lutar conseqüentemente e com coragem contra o governo fascista, em defesa das educação pública, a dirigente do magistério de La Paz Vilma Plata se encontra nas masmorras dos cárceres burgueses".

"É dever de todos e particularmente dos estudantes universitários que suportamos na carne as conseqüências da privatização do ensino superior, mobilizar-se para arrancar esta valorosa lutadora revolucionária das garras do governo"....

Chile

Nem o imperialismo, nem a burguesia chilena castigará Pinochet



É necessário um tribunal popular

A Câmara dos Lordes decidiu pela não-imunidade de Pinochet e por limitar as acusações de tortura, assassinatos etc ocorridos depois de 1988. É evidente a manobra. A não-imunidade serve para legitimar a atitude do governo inglês de acatar o pedido de detenção feito pela Espanha e de contra-argumentar que não há quebra de soberania do Chile. Ao mesmo tempo, alegrou os manifestantes anti-Pinochet e seus defensores. A limitação do processo aos últimos 15 meses do governo de Pinochet satisfaz os pró-ditador. Do outro lado, os tais defensores dos direitos humanos viram que foi uma vitória do direito internacional. E os amigos de Pinochet terão como explicar que nos 15 meses de governo seus crimes não foram graves. Espera-se que assim a conta termine em zero.

Internamente, os representantes da burguesia no

Estado negociam alguma saída o menos conflituosa possível para o caso de Pinochet retornar. É provável que por detrás deve haver uma negociação que envolva o governo chileno, inglês e espanhol. É do interesse geral da classe capitalista administrar a crise aberta com a detenção de Pinochet.

O governo chileno reclamou da quebra de soberania. Utilizou deste conceito em função da tremenda crise política aberta no interior do Estado, no qual os pinochetistas históricos têm grandes poderes.

O POR assinalou imediatamente ao fato que a detenção de Pinochet pelo governo britânico era um ataque à soberania do Chile. O que significa reconhecer que só ao povo chileno cabe deter e julgar Pinochet. Ao mesmo tempo, denunciou que a burguesia chilena é incapaz de defender a soberania nacional e que não pode julgar Pinochet pelo crimes contra os explorados e militantes.

O recurso retórico do governo à soberania vem no sentido preciso de impedir rupturas no regime político, sustentado por uma aliança com os pinochetistas. Ao contrário, a defesa da soberania implica na entrega de Pinochet ao Chile para a classe operária e camponeses o julgarem pelos crimes. Ocorre que não se trata de julgar apenas um homem, um ditador sanguinário, mas de combater as forças sociais que o criaram. E estas se compõem da burguesia (nacional e imperialista) e de uma camada da classe média enriquecida.

Em torno dos crimes de Pinochet, desenvolve-se a luta de classes contra a burguesia interna e contra o imperialismo, que alimentou e sustentou o golpe fascista de Pinochet. Essa deve ser a resposta estratégica do proletariado. Por isso, o POR denunciou que nem a burguesia imperialista e nem a chilena iria condenar Pinochet. Somente um Tribunal Popular constituído de representantes dos explorados poderia julgar e punir o fascista.

Campanha do POR pela Libertação imediata de Vilma Plata

O Partido Operário Revolucionário entrevistou no ato do dia 26/3, convocado pela CUT, com o Manifesto do Comitê de Enlace, seção Brasil, pela libertação de Vilma Plata. Reproduzimos abaixo:

Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Secção Brasil - Partido Operário Revolucionário

LIBERDADE IMEDIATA A VILMA PLATA

Vilma Plata encontra-se encarcerada no presídio feminino de Obrajes. Motivo: liderar o movimento grevista dos professores bolivianos e atuar no piquete contra a substituição dos grevistas por fura-greve. Argumento do governo e da Justiça burguesa para condená-la de três a cinco anos: reincidência.

Está evidente a perseguição política contra a dirigente sindical Vilma Plata. Trata-se de mais um ato de violência do Estado contra essa lutadora, que por várias vezes esteve presa e ameaçada fisicamente pela polícia.

Mas o que representa Vilma Plata para ser tão golpeada? Esta aguerrida militante expressa no movimento social o programa revolucionário do proletariado. Encarna na ação coletiva das massas oprimidas a tarefa histórica de destruir o capitalismo e substituí-lo pela sociedade comunista, sem classes. A energia como atua no movimento grevista e o lugar que ocupa nas primeiras trincheiras dos combatentes a coloca como uma liderança fiel aos princípios revolucionários e, por outro lado, inimiga número um do governo Banzer.

Vilma Plata é conhecida não só pela valentia como também pela defesa cristalina do programa da revolução e ditadura proletárias, estratégia programática do Partido Operário Revolucionário

boliviano (POR). Esse lugar de Vilma Plata foi forjado pela militância partidária e pelo estreito vínculo desta com o movimento revolucionário dos explorados.

Se a burguesia pudesse já a teria destruído. Não o fez porque Vilma Plata é parte de um amplo movimento que vem se desenvolvendo nesse país. O objetivo do governo pró-imperialista e fascista de Banzer é de a princípio neutralizá-la pela prisão. Sabemos que a meta principal da burguesia e do imperialismo é de acabar com o POR boliviano.

Constantemente, os porta-vozes do capital fazem ameaças explícitas aos trotskystas bolivianos. Na greve do magistério, a palavra de ordem da imprensa era de reprimir a direção trotskysta dos professores. A prisão de Vilma Plata, logo em seguida à prisão de Rodolfo Rojas, foi calculada pelos órgãos de Segurança.

Como se vê, defender a liberdade de Vilma Plata é defender a emancipação dos trabalhadores. É defender o rechaço à destruição da escola pública, a mando do imperialismo saqueador.

Convocamos os trabalhadores brasileiros, a juventude estudantil e todas as correntes políticas identificadas com o movimento social a fazerem parte da campanha internacional pela libertação de Vilma Plata.

Internacional



Continua a campanha de moções e abaixo-assinados pela libertação de Vilma Plata

Os militantes poristas entrevistaram no Conselho Estadual de Representantes da Apeoesp denunciando o governo Banzer por ter encarcerado a militante trotskysta e dirigente da Federação dos Mestres de La Paz, durante o conflito grevista. Assinaram o abaixo-assinado 183 conselheiros, representando várias

idades do interior de São Paulo e regionais da capital.

O cartaz “Banzer: TIRE AS MÃOS DE VILMA PLATA” está sendo colado nos sindicatos, escolas públicas e universidades (PUC e USP).

Está previsto a entrega ao consulado da Bolívia na semana do dia 10.

Jornal PUC Viva publica a seguinte nota

“Entidades exigem liberdade para Vilma Plata”

A APROPUC junto com outros sindicatos brasileiros da área de ensino, está organizando uma manifestação em frente ao consulado boliviano para exigir a libertação da professora e sindicalista Vilma Plata.

A professora, que é dirigente da Federação dos Mestres de La Paz, foi presa pelo governo boliviano quando lutava contra o processo de mercantilização a que a administração Banzer submete a educação naquele país.

As reformas do ensino boliviano, introduzidas por Banzer, caminham basicamente na direção de outras “reformas” características do neoliberalismo

e que, invariavelmente levam à privatização e ao sucateamento do sistema de ensino e à demissão de trabalhadores. Em resposta a tal política, os professores ocuparam as escolas e não permitiram a entrada de fura-greves, fato que motivou a violenta reação do governo e acarretou a prisão de vários professores e militantes políticos.

Vilma Plata continua detida e o governo pretende condená-la há vários anos de prisão. Nesse sentido, sindicatos de várias partes do mundo iniciaram manifestações pela libertação da dirigente boliviana. O manifesto, que será entregue ao consulado da Bolívia, rechaça as medidas contrárias ao direito de greve e apoia a

Apoio incondicional à Iugoslávia, contra a OTAN

Internacional



Os bombardeios da OTAN contra a Iugoslávia é mais uma guerra do imperialismo, mascarada pelo humanitarismo e paz. Em realidade, trata-se de uma ação comandada pelos Estados Unidos, que dentre as potências se destacam em donos do mundo.

Em 1995, o imperialismo fez o mesmo que agora para impor à Iugoslávia um acordo de separação da Bósnia. Um problema interno de guerra pela separação, surgido com a desintegração do sistema burocrático-totalitário titoísta, se tornou motivo da OTAN intervir militarmente. Inicialmente se fez uma tremenda pressão diplomática para que a Iugoslávia admitisse a separação da Bósnia. Alegando o esgotamento da “via pacífica” e as “atrocidades da guerra civil”, os Estados Unidos lançaram a OTAN contra a Iugoslávia.

Agora, frente à guerra do Exército de Libertação de Kosovo (ELK) contra as forças da Iugoslávia - uma guerra também separatista -, agravada desde agosto de 1988, os Estados Unidos forjaram uma reunião, em março, Paris, e sem a presença do governo iugoslavo deram seqüência à assinatura de “um acordo de paz”. O representante russo negou-se a assiná-lo como testemunha. Mas, pela União Européia, assinou o diplomata austríaco Boris Petritsch. A farsa estava terminada. Os preparativos de guerra da OTAN já estavam prontos. E de nada adiantaria a Rússia hipocritamente reclamar de que sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU os bombardeios seriam uma quebra dos acordos internacionais. A estratégia do imperialismo tinha de ser aceita a qualquer preço pela Iugoslávia.

Os albaneses de Kosovo, com seu ELK, pleiteiam a independência. A Iugoslávia não aceita. Os Estados Unidos e seu aliados traçam o acordo de autonomia sem independência, criação de um Parlamento, eleição pelo parlamento de um primeiro-ministro, um presidente e dois vice-presidentes, judiciário próprio e formação de uma força policial de três mil homens. A Iugoslávia retiraria suas tropas e teria o direito de conservar apenas mil e quinhentos soldados nas fronteiras. E a OTAN colocaria seu exército para vigiar o cumprimento do acordo. Como se vê, tal ingerência do imperialismo vem no sentido de impor a

separação de Kosovo, logo aceita pelo ELK.

Estava evidente que esse percurso traçado pelo imperialismo conduziria à guerra da OTAN contra a Iugoslávia.

Os sérvios, sob a direção do velho burocrata e nacionalista Milosevic, já tinham cedido a independência a outras províncias sob a base de ataques do imperialismo e do armamento dos exércitos rebeldes separatistas pelas potências. As guerras separatistas se impuseram nas condições de restauração capitalista. Um tremendo retrocesso ao Leste Europeu, ex-União Soviética etc. É do interesse do imperialismo o separatismo restauracionista. Tal retrocesso se dá sob a tutela das potências, dirigidas pelos Estados Unidos. O intervencionismo diplomático e militar do imperialismo esconde por detrás os interesses econômicos dos monopólios industriais e financeiros.

As frações separatistas se mostram tão pró-capitalistas quanto às dominantes iugoslavas. Por sua fraqueza econômica e militar, recorrem ao apoio do imperialismo para resolver o problema da independência. Foi assim na Bósnia e está sendo em Kosovo.

A opressão nacional existente no interior do sistema iugoslavo (nacional-socialismo) montado por Josep Tito, aos moldes do de Stálin, pai do nacional-socialista, só poderia ser resolvida pelo avanço da revolução comunista, do internacionalismo proletário. Ou então as contradições fariam ressaltar a opressão de nacionalidades, que permaneceu sob o nacional-socialismo titoísta.

Os choques viriam motivados pelos interesses burgueses de restauração. As potências trabalharam todo tempo pela derrota das revoluções. A derrocada do nacional-socialismo, seja sob o estalinismo, titoísmo, maoísmo etc, era questão de tempo. O esgotamento das forças produtivas nos países revolucionários e o domínio mundial capitalista imporiam o desmonte das burocracias nacionais-socialistas, que se dividiriam nas mais diversas frações restauracionistas (nacionalistas ou pró-imperialistas).

O marxismo é oposto a qualquer forma de opressão social ou nacional. Por isso, defende a autodeterminação dos povos e o direito à separação. Os acontecimentos sobre a opressão nacional na Iugoslávia indicam que a revolução foi abortada pelo nacional-socialismo de raízes estalinistas.

O imperialismo apostou neste fracasso e alimentou a política da burocracia restauracionista. Frente à desintegração da Iugoslávia, impulsionada por fatores internos e externos, as potências vêem a oportunidade de favorecer esta ou aquela fração. Vemos que o separatismo ocorre controlado pelo imperialismo e alimentado por seu intervencionismo.

A defesa legítima da autodeterminação dos povos começa pelo combate à opressão imperialista. É fundamental a unidade internacional do proletariado contra a OTAN e em defesa da Iugoslávia. Nenhum argumento a favor do direito à separação da maioria albanesa de Kosovo pode obscurecer ou se sobrepor à tarefa de derrotar a ofensiva da OTAN/Estados Unidos contra a Iugoslávia.

Por detrás do “humanitarismo” imperialista está a indústria bélica norte-americana

É visível o crescimento das pressões da indústria armamentista sobre o governo Clinton. O aumento de 9 bilhões de dólares no fabuloso orçamento de 250 bilhões indica a retomada da escalada belicista da maior potência mundial. Os Estados Unidos dominam 60% da indústria bélica. Não é por acaso que comanda a OTAN e todo intervencionismo militar. O despejo de mísseis e bombas sobre a Iugoslávia - há poucos meses sobre o Irak, e mais atrás sobre a Bósnia - serve aos interesses dessa poderosa indústria de destruição de forças produtivas. A guerra contra a Iugoslávia é providencial para as multinacionais (Raytheon, Boing etc) que se ressentiram, no último período, da estagnação. Com a guerra contra Irak e Iugoslávia, encontram justificativa para repor seus estoques e exigir do governo mais compras.